

OBSERVATÓRIO  
ELEITORAL PELOS  
**DIREITOS LGBTI**  
DA ILGALAC





# OBSERVATÓRIO ELEITORAL PELOS **DIREITOS LGBTI** DA ILGALAC

## Informe sobre eleições presidenciais no Brasil (2022)

Informe elaborado conjuntamente entre ILGALAC- Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos Internacional para América Latina e Caribe e ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

**Co-secretárias regionais de ILGALAC:**

Ari Vera Morales e Darío Arias

**Autoria:** Gustavo Miranda Coutinho

**Tradução ao espanhol:** Darío Arias – Ari Vera Morales

**Desenho:** Rayan Milhomem

Citação sugerida: ILGALAC. COUTINHO, Gustavo Miranda. Observatório eleitoral pelos direitos LGBTI de ILGALAC: Informe sobre eleições presidenciais no Brasil. Brasília. Setembro de 2022.

# Introdução

O Brasil celebra suas eleições presidenciais no domingo, 02 de outubro de 2022, nas quais serão votados os cargos de presidente e vice-presidente, senadores, deputados federais e estaduais para o período 2023-2026.

A legislação nacional estabelece que a pessoa candidata eleita deve superar 50% + 1 votos válidos para eleição no primeiro turno e, caso não ocorra este cenário, deverá ser realizado um segundo turno entre as duas pessoas candidatas mais votadas.

O presente relatório objetiva trazer um panorama geral do posicionamento das 11 (onze) candidaturas à presidência da república, analisando seu histórico para com a defesa dos direitos LGBTQIA+, propostas nos planos de governo formalmente registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e declarações públicas.

## Metodologia

O posicionamento dos 11 (onze) candidatos à Presidência da República foi observado a partir de três dimensões analíticas: 1) trajetória das pessoas candidatas e compromisso com a promoção e defesa direitos LGBTQIA+; 2) Propostas para a população LGBTQIA+ registradas nos planos de governo oficialmente enviados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e publicados; e 3) Declarações públicas na campanha eleitoral sobre direitos LGBTQIA+.

Para análise dos Programas de Governo, foram coletados os documentos formalmente cadastrados na Justiça Eleitoral e buscados conteúdos pertinentes e palavras-chaves "LGBTQIA+", "LGBT", "LGBTI", "homofobia", "transfobia", "lesbofobia", "gays", "lésbicas", "travestis", "transexuais", "diversidade", "família" e "gênero".

Foram realizadas entrevistas e consultas com organizações e ativistas LGBTQIA+ do país, além de buscas nos meios de comunicação de alcance nacional. Consultamos também as secretarias LGBTQIA+ ou equipe dos partidos das pessoas candidatas,

e obtivemos resposta positiva do Partido dos Trabalhadores (PT), do candidato Luís Inácio Lula da Silva, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), do candidato Ciro Gomes.

## Contexto Eleitoral do Brasil

Desde o impeachment da primeira mulher presidenta do país ocorrido em 2016, Dilma Rousseff, os debates conservadores sobre gênero e sexualidade, incluindo a criação de pânico moral, tem ganhado espaço na agenda pública no Brasil.

Na eleição de 2018, na qual foi eleito o atual Presidente Jair Bolsonaro, ganharam a centralidade debates de caráter moral sobre direitos LGBTQIA+, com debates sobre a inclusão dos temas afeitos à diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares e combate à “ideologia de gênero”.

A eleição de 2022, por sua vez, marca um cenário de extrema polarização, dado aos tensionamentos e manifestações neoconservadoras por parte de setores da sociedade. Ao passo que temas voltados para direitos LGBTQIA+ ganham mais lateralidade, questões como a defesa do Estado Democrático de Direito e combate à pobreza ocupam o centro.

Por outro lado, a participação política de pessoas LGBTQIA+ tem aumentado, e há uma busca cada vez maior por protagonismo nas decisões e espaço institucional. Segundo a organização VOTELGBT, são 314 (trezentos e quatorze) candidaturas LGBTQIA+ aos cargos eletivos – um recorde.

A violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil tem aumentado: de acordo com dados do Grupo Acontece Arte e Política LGBTI, que realiza há anos o trabalho de coleta de dados de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ diante da ausência do Poder Público neste quesito, somente no ano de 2021 ocorreram 316 assassinatos – e em todas as unidades federativas. Pessoas transexuais e travestis são as mais atingidas pela violência letal, com ao menos 140 mortes violentas registradas.

Até a publicação deste relatório, foram levantadas 60 (sessenta) casos de violência política pessoas candidatas LGBTQIA+. Outros grupos e populações, como mulheres, ativistas do campo e jornalista, também tem sido alvo.

Neste sentido, com um cenário de números crescentes de violência e também de

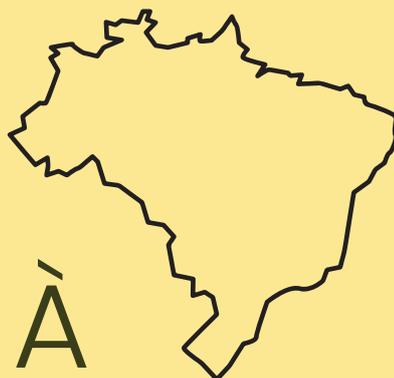
pessoas LGBTQIA+ como candidatas a cargos eletivos, a sistematização das propostas e discursos de presidenciáveis sobre orientação sexual e identidade de gênero foram parte de um mosaico que, sem dúvida, nos ajudará a compreender o próximo período político no Brasil.

---

1 Disponível em <https://votelgbt.org/2022>, acesso em 28 de setembro de 2022.

2 Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/wp-content/uploads/2022/07/Relatorio-Parcial-01-2021-Setembro-Observatorio-de-Mortes-Violentas-de-LGBTI-no-Brasil.pdf>. Acesso em 02 de Agosto de 2022.

ANÁLISE DOS  
CANDIDATOS À



**PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA**



## **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)**

### **Histórico<sup>3</sup>**

O candidato Luís Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil entre os anos de 2003 e 2011 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo implementado políticas para a população LGBTQIA+ durante a sua administração.

Em 2004, seu governo lançou o Programa Brasil Sem Homofobia, que apresentava ações em setores diversos como segurança, educação e cultura. No ano seguinte, em 2005, foram incluídas ações para a população LGBTQIA+ no orçamento público, facilitando a implementação de políticas públicas nacionalmente.

Em 2008, realizou a 1ª Conferência Nacional GLBT (sigla utilizada na época) com ampla participação da sociedade civil, na qual foram consolidadas demandas importantes junto da sociedade civil e elaborado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Lula também foi responsável pela criação da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos LGBT, órgão do Poder Executivo dedicado à promoção e defesa dos direitos desta população.

Em 2010, Lula reformulou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, instância de participação e controle social, para que seu escopo abrangesse exclusivamente as políticas LGBTQIA+.

---

<sup>3</sup> Insumos fornecidos pelo assessor político da Secretaria Nacional LGBT do PT Augusto Oliveira.

# Declarações públicas

Ademais das políticas implementadas no seu governo e declarações de apoio no período em que esteve na Presidência, Lula declarou em evento público realizado em 17/09/2022 na cidade de Curitiba que “a população LGBTQIA+ deve ser respeitada”.

O presidenciável participou de evento denominado “Brasil da Esperança”, na data de 26/09/2022, onde esteve com artistas e personalidades da comunidade LGBTQIA+ e posou em fotos com a bandeira do símbolo do movimento.

Em entrevista à CNN em 28/06/2022, o candidato ratificou sua posição e defendeu a criação de políticas públicas neste sentido.

## Programa de governo

O programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva traz 2 (duas) propostas atinentes a pessoas LGBTQIA+, reconhecendo a necessidade de proteção para esta população em diversos âmbitos. Propõe-se a priorização dos crimes de ódio na prevenção e investigação de crimes, além da garantia da saúde integral, acesso à educação e ao mercado de trabalho.

“As políticas de segurança pública contemplarão ações de atenção às vítimas e priorizarão a prevenção, a investigação e o processamento de crimes e violências contra mulheres, juventude negra e população LGBTQIA+”. (p. 7)

“Não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por conta de sua orientação sexual. Propomos políticas que garantam os direitos, o combate à discriminação e o respeito à cidadania LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão. Políticas que garantam o direito à saúde integral desta população, a inclusão e permanência na educação, no mercado de trabalho e que reconheçam o direito das identidades de gênero e suas expressões.” (p. 9)

---

4 Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2022/noticia/2022/09/17/lula-participa-de-comicio-de-campanha-na-regiao-central-de-curitiba.ghtml>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

5 Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/famosos/com-pablo-vittar-e-daniela-mercury-lula-exibe-bandeira-lgbt>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

6 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pre-candidatos-a-presidente-falam-sobre-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbtqia/>. Acesso em 28 de setembro de 2022.



## **Jair Bolsonaro (Republicanos)**

### **Histórico**

Jair Bolsonaro é o candidato à reeleição pelo Partido Republicanos tendo sido eleito em 2018. No ano de 2019, o Ministério dos Direitos Humanos ganhou a denominação de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

No mesmo ano, extinguiu todos os conselhos de política pública, incluindo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos (CNCD/LGBT). Após luta dos movimentos sociais e decisão do Supremo Tribunal Federal, o CNCD/LGBT foi recriado com a abrangência temática mais ampla, abarcando todas as discriminações. O Conselho também passou a contar com apenas 3 (três) representantes da sociedade civil organizada.

Em 2020, revogou a convocação da 4ª Conferência Nacional LGBT. No ano seguinte, em 2021, extinguiu o Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT ao fundi-lo com outros órgãos do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos para então criar o Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e Populações em Situações de Risco, que é responsável por todas as populações vulnerabilizadas, em sentido difuso.

### **Declarações públicas**

Durante o período da campanha, o Presidente Jair Bolsonaro deu declarações contrárias ao que chama de “ideologia de gênero” no bicentenário da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 2022.

Em 19 de setembro de 2022, em viagem a Londres por ocasião do funeral da Rainha Elizabeth II, novamente voltou se pronunciar contra a “ideologia de gênero” e a favor da família.

## Programa de governo

O programa de governo de Jair Bolsonaro não menciona expressamente a população LGBTQIA+, orientação sexual ou identidade de gênero. No entanto, o documento menciona em suas conclusões a defesa da “instituição da família e dos valores morais e éticos”, de forma genérica.



**Ciro  
Gomes (PDT)**

## Histórico

Ciro Gomes foi Governador do estado do Ceará em 1994, e Secretário de Saúde do mesmo Estado em 2013 a 2014. Não foram encontradas ações para a população LGBTQIA+ nos dois períodos mencionados. No entanto, em 2018, o candidato afirmou

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/sete-de-setembro-brasilia-bolsonaro-mentiras-corrupcao-ideologia-de-genero/>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

<sup>8</sup> Disponível em <https://queer.ig.com.br/2022-09-19/jair-bolsonaro-londres-discurso-ideologia-de-genero.html>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

à GloboNews que “a população brasileira vive ‘numa boa’” com a população LGBTQIA+, em que pese o crescente número de mortes violentas no país.

## Declarações públicas

Em 05/09/2022 presidenciável afirmou no programa “Pânico”, da Rádio Jovem Pan que “peculiaridades identitárias dividem a população” e, portanto, não representam o interesse nacional. Na oportunidade, mostrou-se solidário às lutas de mulheres e pessoas negras, sem mencionar especificamente a população LGBTQIA+.

## Programa de governo

O documento “Linhas Gerais do Programa de Governo de Ciro Gomes, do PDT, à presidência em 2022”, disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) traz 2 (duas) proposições expressas sobre diversidade sexual e de gênero, para criação de órgãos gestores no Poder Executivo, assim como no campo segurança pública e na geração de emprego. O Programa apresenta em suas diretrizes a “defesa da igualdade” e informa que ainda está em construção.

“A política de prevenção aos crimes deve dedicar atenção especial à segurança das mulheres, bem como da juventude negra e da população LGBTQIA+ de forma a enfrentar a discriminação e o racismo estrutural”. (p. 7)

“Diversidade – Em relação à população LBGTIA+, criaremos o Comitê Nacional de Políticas Públicas LBGTI+ com representantes estaduais, assim como uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas Para a Cidadania da População LBGTI+, incluindo o amparo à seguridade de trabalho, emprego e renda e a implementação de ações afirmativas de combate à discriminação institucional de empresas e no ambiente de trabalho.” (p. 22)



**Simone  
Tebet (MDB)**

## Histórico

Simone Tebet é Senadora pelo Estado do Mato Grosso do Sul desde 2015 até a atualidade. Como presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a candidata atuou na aprovação de um projeto de lei que incluía a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero na Lei 7716/89 (Lei Antirracismo)<sup>9</sup>.

## Declarações públicas

Em entrevista à rádio Jovem Pan Maringá em maio de 2022, a candidata defendeu a brevemente a criminalização da LGBTQIA+fobia. Já em entrevista à CNN em 28/062022, a candidata propôs ênfase na saúde, geração de renda e emprego.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/563176/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

# Programa de governo<sup>10</sup>

O documento “Princípios, Diretrizes e Compromissos” registrado pela campanha de Simone Tebet no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) faz uma menção específica à população LGBTQIA+, juntamente com outros grupos vulnerabilizados. A candidata assume também o compromisso de lutar contra “preconceitos e às discriminações, ao ódio e à intolerância”, de forma ampla.

“Adotar medidas que garantam a igualdade de oportunidades a mulheres, jovens, pessoas idosas, com deficiência e com doenças raras, negros, quilombolas, população LGBTQIA+, povos originários e outras minorias em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.” (p. 41)

“Na diversidade está uma das nossas maiores riquezas. Nossa gestão travará combate sem trégua ao racismo estrutural e institucional, aos preconceitos e às discriminações, ao ódio e à intolerância. Manteremos a política de cotas e expandiremos ações afirmativas para promover maior igualdade racial, social e de gênero.” (p. 39)



**Vera  
Lúcia (PSTU)**

## Histórico

A candidata não ocupou nenhum cargo público até o pleito de 2022.

---

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=o6v3LegtdMY>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

# Declarações públicas

Embora tenha defendido expressamente direitos sexuais e reprodutivos durante a sua campanha, a candidata se manifestou especificamente sobre a pauta LGBTQIA+ somente em entrevista à CNN em 28/06/2022, propondo a “organização de LGBTI trabalhadores e pobres em defesa de suas reivindicações”.

## Programa de governo

Em suas análises de conjuntura, o Programa de Governo “Um Programa Socialista Para o Brasil” aponta a instrumentalização da pauta LGBTQIA+ pela ultradireita, ao mesmo tempo que denuncia a “perseguição à LGBTs em Cuba” e na Rússia. O documento aponta ainda a violência contra LGBTQIA+ como parte do sistema capitalista, e traz 5 (cinco) propostas efetivas neste sentido, como a criminalização da violência, criação de delegacias específicas, garantia do emprego e do acesso à saúde.

“Pelo fim da opressão LGBTIfóbica A violência contra os LGBTIs, o assassinato de pessoas trans são facetas duras e cada vez mais frequentes da opressão. A marginalização de gays, lésbicas e, principalmente, transexuais e travestis aumentou na pandemia, sendo empurrados para o desemprego, o subemprego ou o trabalho precarizado, quando não para a prostituição. Bolsonaro é um LGBTIfóbico explícito, violento. No entanto, como nos outros temas de opressões, não nos basta tirar Bolsonaro do governo para acabar com a LGBTIfobia, que é parte da dominação capitalista, usada para aumentar a divisão dos trabalhadores e a exploração.

Pelo fim da violência LGBTIfóbica! Basta de assédio e discriminação!

Recuperar projetos foram barradas como o PL-122 que criminalizava a LGBTfobia e o projeto de educação sexual nas escolas e melhorá-los, em um amplo e democrático debate com o conjunto do movimento LGBTI;

Criar delegacias especializadas para as denúncias de LGBTfobia e a construção de casas abrigos para as LGBTIs expulsas de casa ou em situação de violência;

Cotas para pessoas trans nas universidades e concursos públicos;

Atendimento de saúde especializado, distribuição gratuita de remédios para tratamento de HIV, terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual pelo SUS;

Programas de empregos e moradia popular voltados às LGBTIs;” (p. 19)



## **Felipe D'Ávila (Novo)**

### **Histórico**

O candidato não ocupou nenhum cargo público até o pleito de 2022.

### **Declarações públicas**

Em entrevista à CNN em 28/06/2022, o candidato defendeu a perspectiva liberal de que “as pessoas devem ser livres para viver da maneira que escolherem”, além da garantia de direitos devida a todos os cidadãos pelo Estado, sem discriminação.

### **Programa de governo**

Em seu programa de governo “Um Novo Brasil Para Todos” não existem menções específicas à população LGBTQIA+.



**José Maria  
Eymael (DC)**

## **Histórico**

O candidato não ocupou nenhum cargo público até o pleito de 2022.

## **Declarações públicas**

Em entrevista à CNN em 28/06/2022, o candidato afirmou brevemente defender o disposto na Constituição Federal.

## **Programa de governo**

O candidato não faz menções específicas para a população LGBTQIA+. No entanto, defende expressamente valores cristãos e o “resgate ético da família” para o exercício da Presidência.

“O resgate e a proteção dos valores éticos da Família e a satisfação plena de suas necessidades serão o fundamento, a inspiração e o objetivo permanente da Democracia Cristã, no exercício da Presidência da República.” (p. 1)



## Leonardo Péricles (UP)

### Histórico

O candidato não ocupou nenhum cargo público até o pleito de 2022.

### Declarações públicas

Em entrevista à CNN em 28/06/2022, o candidato defendeu que a luta de LGBTQIA+ deve ser de toda a sociedade, além de mencionar dados estatísticos de violência contra esta população e ratificar propostas do seu plano de governo.

### Programa de governo

O programa de Leonardo Péricles aponta uma proposta específica para a saúde, seguridade social e geração de emprego e renda para a população LGBTQIA+, e menciona a luta contra a violência e discriminação de forma genérica no decorrer do documento.

“Enfrentar a LGBTfobia: criação de programas de estímulo à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho; formulação de políticas de saúde e seguridade social específica à parcela dessa população vítima de violências físicas, psicológica e sexual.” (p. 6)



## **Soraya Thronicke (União Brasil)**

### **Histórico**

Soraya Thronicke é senadora pelo estado do Mato Grosso do Sul desde 2019 até a atualidade, não tendo se engajado especialmente na defesa dos direitos LGBTQIA+ no seu mandato.

### **Declarações públicas**

Em entrevista à CNN em 28/06/2022, a candidato defendeu genericamente a garantia de “oportunidades para todos os públicos, sem distinção” e o combate à intolerância.

### **Programa de governo**

O programa de governo de Soraya Thronicke não faz menções específicas à população LGBTQIA+.



## **Sofia Manzano (PCB)**

### **Histórico**

A candidata não ocupou nenhum cargo público até o pleito de 2022.

### **Declarações públicas**

Em entrevista concedida à CNN em 29/09/2022, a candidata defendeu brevemente a participação de LGBTQIA+ em organizações de classe e na luta por direitos básicos, como moradia, saúde e educação.

### **Programa de governo**

O plano de governo apresentado pela candidatura de Sofia Manzano à Justiça Eleitoral faz uma menção do “combate às opressões”, de forma genérica e enquanto diretriz programática sem, contudo, apresentar uma proposta efetiva.

“Política de combate às opressões. O combate permanente a todas as formas de opressão (como o machismo, o racismo, a LGBTfobia) deve realizar-se não apenas em uma dimensão cultural e de valores, mas por meio da efetiva garantia dos direitos e condições dignas de vida desses grupos oprimidos.” (p. 5)



## **Padre Kelmon (PTB)**

### **Histórico**

O candidato não ocupou nenhum cargo público até o pleito de 2022.

### **Declarações públicas**

O candidato não deu declarações públicas sobre direitos LGBTQIA+.

### **Programa de governo**

O plano de governo apresentado pela candidatura de Padre Kelmon não faz menção aos direitos LGBTQIA+, mas defende como diretrizes “a valorização de Deus, da pátria, da vida, da família e da liberdade”.

“Política de combate às opressões. O combate permanente a todas as formas de opressão (como o machismo, o racismo, a LGBTfobia) deve realizar-se não apenas em uma dimensão cultural e de valores, mas por meio da efetiva garantia dos direitos e condições dignas de vida desses grupos oprimidos.” (p. 5)



OBSERVATÓRIO  
ELEITORAL PELOS  
**DIREITOS LGBTI**  
DA ILGALAC

